



A qualidade na reabilitação do património construído pressupõe uma adequada sensibilização quer ao nível da concepção quer da execução.

Conservação do Património Arquitectónico: para quando a adopção dos princípios da gestão da qualidade?

Um monumento é, ao mesmo tempo, um **bem cultural** e uma **construção**. As intervenções nele realizadas devem atender, simultaneamente, a uma e outra destas vertentes.

Enquanto bem cultural, essas intervenções devem respeitar os princípios da conservação. Enquanto construção, pressupõem conhecimentos técnicos profundos dos materiais, sistemas construtivos e comportamentos estruturais.

As intervenções de conservação do património arquitectónico envolvem uma elevada especificidade, pressupondo uma adequada consciencialização e formação dos vários intervenientes. Revestem-se, também, de uma grande complexidade quer ao nível estratégico e metodológico quer ao nível operacional e tecnológico. A especificidade e a complexidade desta área resultam, basicamente:

- de uma filosofia e métodos especializados de estudo, avaliação e intervenção, capazes de se adaptarem a cada monumento ou edifício histórico;
- de uma necessidade de trabalho em equipas multidisciplinares, envolvendo arquitectos, engenheiros, historiadores, conservadores-restauradores, químicos, mineralogistas, etc.;
- da necessidade de conhecimentos técnicos de materiais e sistemas construtivos tradicionais e contemporâneos.

Estas intervenções exigem, portanto, minúcia e rigor na definição dos objectivos, na concepção, na recolha de informação, no projecto, no planeamento, na execução, na fiscalização e na manutenção.

Neste tipo de intervenção, os serviços são prestados, pelas empresas intervenientes, simultaneamente, a duas entidades: uma com personalidade jurídica, que é o Dono da Obra, e outra juridicamente impessoal, mas não menos importante, que é a Sociedade.

Relativamente à primeira, Qualidade significa fornecer serviços e produtos adequados ao fim em vista, de acordo com os requisitos, ao preço e no prazo acordados. Relativamente à segunda, significa respeitar, ao longo de toda a intervenção, os princípios universais da salvaguarda do património arquitectónico, assegurando a sua transmissão, sem desvalorização, às futuras gerações.


Sendo a concepção e a execução das intervenções de conservação do património arquitectónico actividades muito específicas, complexas e que envolvem grande responsabilidade perante a Sociedade, é muito difícil, se não impossível, levá-las a cabo em condições satisfatórias sem a adopção, por todos os agentes, de uma Política da Qualidade clara. No que concerne às empresas executantes, a especificidade e a complexidade desta área traduz-se no facto de muitas das actividades nela desenvolvidas se poderem considerar processos especiais, isto é, processos em que a verificação da conformidade do resultado é particularmente difícil. Estes processos devem ser objecto de um tratamento específico, para assegurar que os requisitos são cumpridos, e são executados exclusivamente por operadores qualificados, submetidos a procedimentos de certificação.

Os processos especiais devem encontrar-se exaustivamente documentados no SGQ da empresa, reportando-se tal documentação às instruções do processo, definindo o respectivo conteúdo, os cuidados a ter na sua execução, enumerando os pontos críticos e a forma de os tratar, os objectivos da certificação dos operadores, os manuais de aplicação e biblio-

grafia técnica de suporte, os procedimentos de selecção e qualificação dos mesmos operadores, incluindo definição do período de estudo, a constituição das respectivas provas de avaliação, o método de avaliação das provas prestadas e, finalmente, a respectiva periodicidade.

A forma de garantir o eficiente desempenho e durabilidade das intervenções é a elaboração e implementação de Planos da Qualidade (PQ). O PQ é um dos requisitos essenciais do sistema de gestão da qualidade, tendo por objectivo definir claramente "como", "quando", "onde", "o quê" e "quem", no ciclo da prestação do serviço, e permitir a comprovação da conformidade das diferentes operações com os requisitos aplicáveis. Para tal, deve, entre outras coisas, localizar e descrever, no ciclo da prestação do serviço, os pontos de controlo, as acções de inspecção e ensaio (I&E) a efectuar pelo executante, de forma planeada e sistemática, incidindo sobre todas as fases do ciclo de realização. O PQ poderá, ainda, ter seguimento numa fase posterior, acompanhando a manutenção do monumento.

Em trabalhos de tamanha responsabilidade, as exigências da gestão da qualidade não podem ser atendidas de forma avulsa, mas no âmbito de uma política bem definida e no seio de uma organização capaz de assegurar o seu cumprimento.

O estabelecimento e manutenção, pelas empresas intervenientes, de Sistemas de Gestão da Qualidade, de acordo com as normas NP EN ISO 9000, é um passo indispensável para se atingirem, de forma sustentada, na área da conservação e restauro do património arquitectónico, os objectivos de excelência que nela encontram total justificação. 

VÍTOR CÓIAS E SILVA,
Eng.º Civil, Presidente do GECORPA.